

MORADIA ESTUDANTIL INDÍGENA: PERMANÊNCIA, REPRESENTATIVIDADE E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO

Vivienda para estudantes indígenas:
permanencia, representatividade y proceso de
diseño participativo

Indigenous student housing:
permanence, representativeness and the
participatory project process

Ricardo Socas Wiese

Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo -
Doutorado em Progettazione Ambientale.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
Brazil.

ricardosocas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0157-7413>

Fernanda Machado Dill

Professora colaboradora do curso de Arquitetura e
Urbanismo.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
Brazil.

fernanda.dill@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6294-6091>

Alice Hammerschmitt da Veiga

Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
Brazil.

alicehveiga@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5179-7433>



Laboratório de projetos da Universidade Federal de Santa Catarina (LABPROJ-UFSC), aos estudantes indígenas da UFSC e à comunidade da Aldeia Guarani Yaka-Porã bem como à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFSC) pelo apoio institucional para realização do mesmo.

Projeto da
Moradia Estudantil
Indígena.
Fonte: Os autores.

RESUMO

Este artigo apresenta o processo de projeto adotado para a concepção da moradia estudantil indígena na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil e discute seus impactos tanto no processo formativo dos estudantes de arquitetura e urbanismo quanto nas vivências dos estudantes indígenas na universidade. Além da relevância dessa arquitetura como suporte à permanência dos estudantes no ensino superior público, destaca-se sua importância como símbolo de acolhimento e respeito aos povos indígenas na universidade. Para tanto foi construído um percurso projetual participativo que iniciou com etapas de diálogos com os estudantes indígenas na universidade e interações com uma das etnias envolvidas em seu território tradicional (a Aldeia) para definição das diretrizes projetuais e programa de necessidades. Posteriormente, para a apresentação e discussão da proposta, foram realizadas vivências na área proposta para a implantação do projeto e apresentação de maquetes físicas e desenhos utilizados para facilitar o diálogo e a participação dos estudantes indígenas no processo de projeto. O artigo apresenta o percurso trilhado, os resultados espaciais desse processo, as percepções dos futuros usuários do espaço e reflexões acerca da importância de ações de extensão na formação de profissionais da área de arquitetura e urbanismo, valorizando o papel social da profissão e construindo um repertório projetivo mais sensível e preparado para considerar a diversidade humana que constitui a contemporaneidade.

Palavras-Chave: Moradia estudantil indígena, projeto participativo, povos indígenas, arquitetura indígena, projeto de extensão.

RESUMEN

Este artículo presenta el proceso de diseño adoptado para el diseño de viviendas indígenas en la Universidad Federal de Santa Catarina - Brasil y analiza sus impactos tanto en el proceso educativo de los estudiantes de arquitectura y urbanismo como en las experiencias de los estudiantes indígenas en la universidad. Además de la relevancia de esta arquitectura como soporte para la permanencia de los estudiantes en la educación superior pública, se destaca su importancia como símbolo de aceptación y respeto a los pueblos indígenas en la universidad. Para ello, se construyó una ruta de diseño participativo, que comenzó con etapas de diálogo con estudiantes indígenas de la universidad e interacciones con una de las etnias involucradas en su territorio tradicional (la Aldea) para definir lineamientos de diseño y necesidades del programa. Posteriormente, para la presentación y discusión de la propuesta, se llevaron a cabo experiencias en la zona propuesta para la ejecución del proyecto y la presentación de modelos físicos y dibujos utilizados para facilitar el diálogo y la participación de los estudiantes indígenas en el proceso de diseño. El artículo presenta el camino recorrido, los resultados espaciales de este proceso, las percepciones de los futuros usuarios del espacio y reflexiones sobre la importancia de las acciones de extensión en la formación de profesionales en el campo de la arquitectura y el urbanismo, valorando el rol social de la profesión y la edificación. un repertorio proyectivo más sensible y preparado para considerar la diversidad humana que constituye la contemporaneidad.

Palabras Clave: Vivienda para estudiantes indígenas, proyecto participativo, pueblos indígenas, arquitectura indígena, proyecto de extensión.

ABSTRACT

This article presents the project process adopted for the design of indigenous student housing at the Federal University of Santa Catarina, Brazil, and discusses its impact both on the formative process of architecture and urbanism students, regarding the experiences of indigenous students at the University. Aside from the relevance of that architecture as support for the permanence of students in public higher education, its importance as a symbol of shelter and respect for indigenous peoples at the university stands out. For this purpose, a participatory project was built that began with dialogues stages with indigenous students at the university and interactions with one of the ethnicities involved in its traditional territory (its village), for the definition of project guidelines and the needs' program. Subsequently, for the proposal's presentation and discussion, experiences were gathered in the proposed area for the project's implementation and the physical models and drawings were presented, which were used to facilitate dialogue and participation of Indigenous students in the project process. The article presents the path followed, the spatial results of this process, the perceptions of the future users of the space, and reflections on the importance of outreach actions in the training of professionals in the area of architecture and urbanism, valuing the social role of the profession, and building a more sensitive projective repertoire, prepared to consider the human diversity that contemporaneity constitutes.

Keywords: Schools, Indigenous student housing, participative project, indigenous peoples, indigenous architecture, extension project

INTRODUÇÃO

O território brasileiro, assim como o restante da América Latina é estruturado a partir da coexistência de diferentes povos de origens étnicas, sobretudo contempla uma diversidade de povos originários cada vez mais invisibilizados pelos contínuos processos de homogeneização cultural na contemporaneidade. No campo da arquitetura e do urbanismo esse contexto também se manifesta, principalmente por meio da padronização de espaços de uso coletivo, habitações de interesse social e equipamentos públicos, frequentemente concebidos a partir de padrões arquitetônicos preestabelecidos, negligenciando as especificidades culturais, sociais e ambientais, diferentes em cada região do país, e concebendo edificações sem aderência aos contextos locais.

O processo de colonização do país e as narrativas históricas hegemônicas ainda levam ao entendimento equivocado dos povos originários por parte da população, alimentando o imaginário com a ideia de que o lugar dos indígenas é nas reservas/aldeias, baseada também na imagem cristalizada da cultura dessas comunidades. A arquitetura, como parte desse contexto social, por vezes faz reverberar essa percepção. No entanto, este estudo compreende a cultura como o conjunto de ações humanas, um aspecto da realidade social, passível de apreensão, descrição e representação (Bauman, 2012) e como tal, em constante processo de transformação e resignificação. As comunidades originárias estabelecem práticas culturais e relações com o território sedimentadas no tempo presente e, assim como os outros grupos étnicos, estão em ininterrupta mutação.

Os povos indígenas, originários do território brasileiro, são historicamente expropriados de suas terras tradicionais e impedidos de manifestar seu modo de viver na cidade contemporânea, na medida em que a sociedade envolvente não reconhece suas especificidades culturais e seu direito à cidade. A presença indígena nos centros urbanos insere-se como uma das diferentes camadas coexistentes e remonta a lugares de memória: “O território brasileiro, à época da colonização, não deve ser considerado um ‘papel em branco’, um lugar vazio a ser ocupado” (Santos et al., 2017, p. 126), ou seja, antes das cidades, esses locais eram territórios indígenas com paisagens culturais e suas relações históricas.

Discutir políticas públicas para garantir o direito à cidade aos indígenas tem-se tornado cada vez mais necessário, uma vez que, segundo o programa ONU-HABITAT (2011), no Brasil, 39% de todos os indígenas que vivem no território nacional habitam os centros urbanos (IBGE, 2010).

Para além do direito à cidade, nas últimas décadas são identificados inúmeros movimentos que têm origem no berço das comunidades indígenas para a conquista do direito à educação. Pressões pela ampliação e qualificação de suas presenças nas instituições de educação superior suscitaram a mobilização para o acesso e permanência em cursos de graduação e de pós-graduação. A reivindicação do

direito ao conhecimento, considerando particularidades e preceitos socioeconômicos e culturais, busca a garantia de preservação do grupo por meio do poder de atuação “nas escolas de suas comunidades, em setores ligados à política de saúde indígena e demais instâncias de gestão de seus territórios, bem como nos espaços institucionais de participação social” (Nascimento, 2015, p. 97).

A presença indígena nas universidades brasileiras é recente, uma realidade que data da virada do novo século. É uma construção da agenda política de ações do Estado resultante das demandas do movimento indígena por formações acadêmicas (Nascimento, 2015). As universidades estão promovendo debates acerca do Ensino Superior voltado aos povos indígenas, principalmente no que tange ao acesso diferenciado de grupos socialmente desfavorecidos por meio das chamadas Ações Afirmativas. Esse debate tem sua efervescência a partir da promulgação da primeira lei sobre reserva de vagas em universidades públicas no Brasil (Melo, 2013). Em 2007 a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, iniciou a abertura de vagas suplementares para povos indígenas (Tassinari, 2016) e em 2010 aprovou a criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Além desse curso, a universidade recebe estudantes indígenas de diversos povos e regiões do Brasil. De acordo com a Secretaria de Ações Afirmativas da UFSC (2020), são cerca de 135 estudantes indígenas, em 64 cursos de graduação e pertencentes a 17 etnias. No entanto, os estudantes indígenas enfrentam inúmeros desafios para garantirem condições mínimas de permanência e conseguirem concluir seus estudos. Habitados a viver próximos de seus familiares, com uma vida comunitária, contam que a saudade de casa e dos parentes é uma das causas de sua não permanência. Há necessidade de morar com a família na cidade, principalmente para os que têm filhos e são casados, situação da maioria dos estudantes, sobretudo das mulheres (Bergamaschi et al., 2018).

Este contexto indica o quanto é necessário um tratamento específico, com sensibilidade para os problemas enfrentados pelos indígenas e comprometimento por parte de toda a comunidade acadêmica. É essencial que se aprimorem as políticas de acolhimento e permanência, tanto nas esferas pedagógicas quanto de infraestrutura, construídas a partir do diálogo e do envolvimento de diversos atores institucionais, técnicos e docentes, mas, sobretudo, com as comunidades indígenas.

A Moradia Estudantil Indígena surge como equipamento de suporte à permanência dos estudantes na universidade. Um espaço capaz de acolher as práticas cotidianas de diferentes etnias, contemplando esta diversidade no território da universidade. Este equipamento pode ser entendido tanto pelo seu caráter assistencial, na garantia de condições mais dignas de permanência, quanto pelo seu potencial fortalecedor de direitos de natureza territorial, econômica e cultural dessas comu-

nidades tradicionais, de forma a preservar e promover seus costumes, seus saberes e suas formas de organização (Gomes *et al.*, 2020).

Respondendo a demanda na comunidade acadêmica, foi elaborado um projeto de extensão universitária¹ para o desenvolvimento da proposta de Moradia Estudantil Indígena da UFSC. O projeto é coordenado pelo Laboratório de Projetos do Curso de Arquitetura e Urbanismo (LABPROJ) e conta com a participação de estudantes indígenas, que atualmente moram no Alojamento Provisório Indígena (Maloca).

Objetiva-se com a proposta, o projeto de uma edificação capaz de criar condições para que seus hábitos, seus rituais e seu modo de viver não sejam interrompidos durante a vida universitária, longe de suas comunidades e seus familiares. A Moradia Estudantil e outros equipamentos complementares, como o Centro Cultural e o parque, devem ser implantados em locais integrados com o campus e que permitam o fortalecimento e a valorização da presença indígena, bem como representarem um marco para a integração com o espaço urbano e a sociedade envolvente.

PROCESSO DE PROJETO E PARTICIPAÇÃO

O processo de projeto de arquitetura é entendido como o conjunto de atividades intelectuais que envolvem conhecimentos multidisciplinares e permitem a concepção de produtos espaciais para atender a demandas específicas, em diversas escalas, mas sempre relacionadas com seu entorno e região. Pode-se dizer, ainda, que o processo de criação em arquitetura é um procedimento que envolve a escolha de um caminho a ser seguido dentre as muitas possibilidades possíveis (Carvalho & Reingantz, 2013).

A escolha desses percursos projetuais tem impacto direto em seu resultado, evidenciando ou enfraquecendo a possibilidade de a arquitetura se apresentar como aspecto de diferenciação e afirmação de especificidades culturais. Em inúmeras culturas, observa-se que a forma dos lugares, o material utilizado nas construções e o modo de fazer, revelam características culturais que, absorvidas pelo espaço, criam em seus usuários um sentimento de identificação e afirmam sua imagem frente às sociedades envolventes. Identificar as escolas regionais para atender as comunidades específicas que se inserem na proposta é fundamental para possibilitar a associação entre a consciência política e a profissão de arquiteto (Frampton, 2013).

Convergindo com o regionalismo crítico proposto por Frampton (2013), e na busca por uma apreensão articulada dos contextos locais, é fundamental a compreensão do papel do lugar, como palco dessas interações diversas e por vezes compostas e contraditórias. Como coloca Tuan (1983), o lugar transcende as limitações do espaço geométrico à medida que, mediante relações sociais, os grupos atribuem a ele valor. Um espaço transforma-se em lugar sob o impacto funcional do meio ecológico, nas ações humanas estabelecidas a partir dos modos de produção, nas mudanças, substituições e apropriações que servem às atividades humanas (Santos, 1985). Na interação com

1 Os projetos de extensão são entendidos nas Universidades brasileiras como um conjunto de ações que permitem a articulação prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

o espaço, diferentes grupos étnicos constroem significações e relações, que podem, por influência do lugar, amenizar ou reforçar as fronteiras étnicas. Por isso, a compreensão do contexto sociocultural e das limitações que formam esses lugares pode ser o aspecto mais importante para conseguir concebê-los (Rapoport, 1971).

Diante da complexidade que envolve a construção de uma proposta espacial, principalmente para comunidades culturalmente específicas, entende-se que o processo de projeto precisa ser constantemente reavaliado. Assim, a cada etapa do processo, é necessária a análise das atividades propostas e o ajuste criativo dos próximos passos a seguir. É desta relação de causa e efeito que se funda uma ação e, conseqüentemente, uma prática reflexiva, antes, durante e após a ação (Schön, 1987).

A multidisciplinaridade que permeia os campos da arquitetura e do urbanismo revela, além da necessidade dessa flexibilidade do processo de projeto, a necessidade de um exercício profissional que se oponha à visão baseada apenas nos conhecimentos gerados e reproduzidos no âmbito acadêmico. “O domínio de conhecimentos técnicos especializados está se tornando menos relevante e existe uma tendência a incluir, dentro das práticas de ensino, atividades que desenvolvam aptidões para a colaboração, negociação e outras características similares” (Aravena-Reyes, 2001). Saberes marginalizados por uma perspectiva central e hegemônica, ainda muito dominante na lógica científica, devem ser considerados, pois possuem muita riqueza em termos de sobrevivência vinculada ao território.

Rapoport (1971) expressa a necessidade de conhecer aspectos subjetivos do grupo para o qual se pretende realizar alguma intervenção arquitetônica, ressaltando que a arquitetura deve ser direcionada aos interesses das pessoas que a utilizarão. Unwin (2013) aprofunda o tema argumentando sobre o protagonismo e o envolvimento do usuário, o que possibilita projetar lugares identificáveis e aprofundar conhecimentos acerca de possibilidades de soluções espaciais profundamente aderentes aos contextos locais.

Deste modo, a figura do arquiteto propõe-se a realizar o movimento de troca, relativizando seus conceitos, conhecimentos, percepções e valores. Nesse viés, encontra-se a prática do processo participativo, que pode ser encarada como oportunidade de descentralização das tomadas de decisão projetuais, inserindo os usuários como agentes ativos no processo. O processo participativo tem sido apresentado como uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, fazendo valer a opinião e o desejo dos usuários, com o fim de garantir maior cidadania e democracia na concepção dos espaços urbanos (Barone & Dobry, 2004).

Quando se trata de projetos de interesse público e coletivo, destacam-se as dimensões políticas e sociais, e o profissional ocupa uma posição de mediador de divergentes anseios e desejos que tem, ainda, amplos impactos sobre a vida. Evidencia-se a necessidade de manter uma

participação democrática que acolha as diferentes direções a seguir, desprendendo-se de conceitos pré-formulados para determinada situação.

A participação é mais que a distribuição do poder de decisão ou a consulta aos usuários, parte de uma postura do arquiteto, urbanista, e demais profissionais, de se afetarem pelas realidades outras, e deixar que transformem suas práticas, refletindo no desenho (Guizzo, 2019). Assim, o conhecimento das cosmovisões de diferentes comunidades, sobretudo dos povos indígenas, é essencial para um trabalho efetivo de valorização de culturas e autonomias, e para transformar também as formas de ocupação e relação com o território.

O arquiteto Giancarlo De Carlo, traduziu a participação dos usuários no processo de projeto como uma oportunidade tríplice: oferecer ao habitante uma opção de escolha, ampliar seu repertório arquitetônico e mostrar ao cidadão seus direitos em termos espaciais e como reivindicá-los com base em suas próprias necessidades (Barone & Dobry, 2004). O sentido da participação é incluir quem nunca fez parte de processos de decisão, além de garantir respeito ao espaço existente e à sociedade, como história, como cultura (Barone & Dobry, 2004). Assim, cabe à equipe de projeto pensar estratégias de participação alicerçadas na construção de um conhecimento coletivo dos atores que permita a tomada de decisão. Do contrário, corre-se o risco desses habitantes não se sentirem aptos ou encorajados a participar.

A inclusão de outros atores no processo projetual traduz-se em uma relação entre produto e entorno, sendo fruto da consideração de uma profusão de aspectos postos por meio da participação de indivíduos distintos com experiências distintas e locais. A criação resultante do projeto participativo deve ser algo que foge à repetição de modelos desvinculados do território, bem como de padrões idealizados do que é tradicional, para ser a expressão de maior vitalidade das comunidades envolvidas (Guizzo, 2019). Assim, deixa-se de formular o produto como um objeto isolado e passa-se a considerá-lo como resultado de um processo evolutivo que reflete as necessidades e valores do determinado contexto social. Desse modo, a produção arquitetônica é, além de um reflexo de um contexto, um agente de transformação do mesmo, que ganha corpo e complexidade através do processo participativo.

PERCURSO PROJETUAL: APROXIMAÇÃO, INTERAÇÃO E PROPOSIÇÃO

A construção coletiva de um conceito para a Moradia estudantil indígena se apresenta como um desafio diante da especificidade e da complexidade dos condicionantes envolvidos. As estratégias adotadas nesse processo seguem a abordagem qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações socioespaciais (Minayo, 2011).

A consciência das limitações e a necessidade de construção coletiva dos conceitos estruturantes, orientaram o desenho do processo de projeto [Figura 1] elaborado organicamente e em contínuo desen-



Figura 1

Etapas do projeto.
Fonte: Elaborado pelos autores.

volvimento e transformação. Deste modo, a cada atividade proposta, a equipe reavaliou o próximo passo a ser dado, de acordo com os objetivos e necessidades do projeto.

A definição das etapas e atividades que estruturaram o projeto partiram da compreensão acerca dos processos de projetos participativos na área de arquitetura e urbanismo. Considerar o que significa projetar com os usuários, e não apenas para eles, define a adoção de uma postura de pensamento que impacta o processo projetual e exige diferentes abordagens na definição das ações e estratégias adotadas. Definiu-se, portanto, a interação entre projetistas e comunidade indígena, dentro e fora da universidade, como o principal instrumento de suporte à elaboração do projeto arquitetônico.

A partir de uma primeira *roda de conversa* com os estudantes indígenas no departamento de arquitetura e urbanismo, no final de 2017, iniciou-se o diálogo de aproximação, que teve como objetivo compreender as dificuldades e necessidades dos estudantes indígenas da UFSC e relacionar essas questões com as expectativas acerca do projeto a ser desenvolvido.

Com os resultados desses diálogos e o recorrente destaque dado ao cotidiano nas aldeias, a equipe de projeto percebeu que apenas ouvindo os participantes não seria possível compreender com profundidade os significados dessa dinâmica social e que era preciso buscar novas formas de aproximação e integração com as comunidades indígenas. Nesse momento surgiu a oportunidade de interação com a aldeia Guarani *Yaka-Porã*, localizada no Morro dos Cavalos (Palhoça-SC), a partir de uma demanda da comunidade para a construção de uma *Opy* (casa de reza). A localização da aldeia, próxima à universidade e o contato de alguns integrantes da equipe de projetos com lideranças dessa comunidade possibilitaram a atividade denominada *Universidade na Aldeia*.

Essa atividade, desenvolvida em 2018, idealizou a construção da estrutura em caráter de mutirão comunitário e utilizando técnicas de construção tradicional indígena para abrigar, além dos rituais tradicionais do Povo Guarani, uma escola indígena para as crianças. A experiência surgiu como uma possibilidade de vivenciar a vida em uma comunidade indígena, bem como de ampliar o aprendizado sobre as relações com a natureza e o conhecimento acerca de técnicas autóctones de construção.

Após a experiência de projetar e construir com a comunidade indígena, respeitando os saberes tradicionais, o ritmo das atividades e a relação que estabelecem com o território, foram estabelecidas as principais diretrizes projetuais para a moradia estudantil indígena, foi lançada a primeira proposta espacial e foram organizadas ações de convívio e diálogos no território.

As atividades de *Vivências na universidade* iniciaram com uma visita ao atual alojamento indígena, na qual os estudantes apontaram as principais necessidades espaciais e as dificuldades enfrentadas por eles na ocupação do local. Posteriormente, foi realizada uma vivência na área proposta para a intervenção, uma atividade de conexão com o território, explorando o espaço aberto e o reconhecimento dos elementos naturais presentes. De forma integrada, foi apresentada a proposta espacial inicial utilizando maquetes, desenhos e dinâmicas com o grupo para a compreensão das escalas da proposta. A apresentação suscitou o debate e possibilitou a definição sobre os rumos pretendidos para o projeto.

Outra ação foi a *Oficina de grafismo indígena*, em 2019, organizada em dois momentos: o primeiro, de compartilhamento dos saberes indígenas com a comunidade acadêmica por meio da oralidade e o segundo, que consistiu na pintura dos grafismos indígenas no edifício do departamento de arquitetura e urbanismo da UFSC. A oficina teve como principal objetivo acolher os estudantes indígenas no espaço da universidade, materializando através das pinturas o sentimento de pertencimento ao território acadêmico e valorizando a diversidade étnica.

As reflexões sobre as diversas interações com os estudantes indígenas, dentro e fora da universidade, levaram a identificação do Fogo como elemento sagrado e simbólico para todos os povos indígenas participantes, um aspecto de convergência em meio à diversidade étnica presente. Com o objetivo de demarcar a área da proposta como Território Indígena na universidade, iniciou-se a etapa de *Primeiras materializações*, na qual foi concebido e construído o “Espaço do Fogo”, um lugar para reuniões e vivências culturais indígenas, bem como interculturais dentro do campus universitário e contou com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SC)² por meio do edital 01/2019 – Chamada Pública para seleção de projetos relevantes, que promovam o conhecimento e o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo no Estado de Santa Catarina.

2 O Conselho de Arquitetura e Urbanismo é uma autarquia federal, de personalidade jurídica de direito público e possui a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo. O CAU-SC tem promovido ações de incentivo à pesquisa e extensão na área da arquitetura e urbanismo por meio do lançamento de editais para o patrocínio de ações com caráter social que impactam positivamente a formação de futuros profissionais.

RESULTADOS

RODAS DE CONVERSA

As experiências e conhecimentos construídos durante cada uma das ações possibilitaram a continuidade do processo, isto é, os resultados obtidos em cada uma das vivências, justificou e inspirou a elaboração do passo seguinte. Apresentam-se a seguir os resultados das ações descritas, bem como algumas diretrizes e propostas projetuais resultantes das mesmas.

Por meio dos diálogos a equipe de projeto pôde ampliar sua compreensão acerca da diversidade étnico cultural dos povos indígenas e sua representatividade na universidade, assim como identificar os condicionantes iniciais para o projeto, contemplando as especificidades para a moradia estudantil indígena. Esses momentos possibilitaram a abordagem e discussão acerca de algumas expectativas espaciais como a necessidade de um espaço em volta do fogo para diálogo e troca de experiências coletivas, uma cozinha compartilhada, espaços de estudos com silêncio e privacidade e dormitórios modulares que pudessem receber desde estudantes sozinhos até famílias maiores, respeitando as diferenças étnico-culturais.

Como mencionado anteriormente, observou-se no discurso dos estudantes indígenas, independente da etnia, a referência à vida em comunidade, as relações socioespaciais na aldeia e as atividades desenvolvidas de maneira colaborativa. Identificou-se, portanto, que para contemplar essa dimensão da vida comunitária na proposta da moradia estudantil, era necessária uma ação direta com uma comunidade indígena, que permitisse a apreensão dessa relação pela equipe de projeto a partir da prática. A partir daí foi planejada a etapa denominada Universidade na Aldeia.

UNIVERSIDADE NA ALDEIA: A CONSTRUÇÃO DA OPY NA ALDEIA GUARANI YAKA-PORÃ

Esta atividade teve como principal objetivo a compreensão da dinâmica comunitária da vida na aldeia, levantada pelos estudantes como aspecto fundamental e necessário para o projeto da moradia. Contemplou uma série de interações e aprendizados, descritos a seguir, fundamentais para a identificação de elementos de significância que levaram ao lançamento de mais diretrizes de projeto.

A comunidade indígena acolheu o grupo iniciando as atividades com uma conversa, acompanhada de uma reza que pedia permissão à natureza para a intervenção que seria feita, demonstrando o respeito da comunidade pela natureza e suas relações espirituais.

Durante os vários encontros, necessários até a construção ser finalizada, foram compartilhados, além de ensinamentos sobre seus métodos de construção tradicional, a necessidade da revisão da categoria "tempo" por parte da equipe de projeto, já que a materialização daquele espaço implicava na aceitação dos prazos ditados também pela natureza, para além do planejamento determinado pelos agentes humanos.

Entre as principais contribuições da interação, destaca-se a relação estabelecida entre o pensar e o fazer na medida em que, no diálogo



Figura 2

Construção da *Opy*.
Fonte: Elaborado
pelos autores.

do grupo com os recursos naturais disponíveis, orientou a tomada de decisão sobre o projeto, o lugar onde foi executado e as técnicas construtivas tradicionais adotadas (estrutura com amarração em bambu e fechamento com barro como mostra a Figura 2). O carácter simbólico dos espaços abertos, onde predomina o ambiente natural foi outro aspecto relevante, pois articula a vida em comunidade, permite a presença livre das crianças, encoraja a aproximação com elementos naturais como o rio, a mata, o bambuzal, a cachoeira e aprofunda as relações entre comunidade e território.

O elemento fogo surge novamente como protagonista: no pátio das casas, para aquecer e atender às necessidades do cotidiano; na construção da *Opy*, a partir de seu poder simbólico e espiritual; e como um marco para os lugares de reunião, encontro e comemoração dos esforços de todos que participaram das atividades do dia. A partir de então, a presença do fogo e de espaços abertos passaram a integrar as diretrizes projetuais.

O grupo despediu-se daquele lugar com um sentimento de reciprocidade e com aprendizados não apenas sobre arquitetura, mas sobre o modo de viver da comunidade e a relação estabelecida com o território e buscou retomar essas reflexões na etapa de definição do partido do projeto.

VIVÊNCIAS NA UNIVERSIDADE

A visita à Maloca, o alojamento provisório dos estudantes indígenas, em um espaço improvisado do restaurante universitário desativado e que passa despercebido para o restante da comunidade acadêmica, possibilitou identificar algumas necessidades dos estudantes em relação ao espaço, relacionadas à garantia de respeito, qualidade de vida e à afirmação de suas identidades etnoculturais.

Alicerçada nessas primeiras etapas e reflexões, a equipe desenvolveu e apresentou os estudos projetuais iniciais priorizando desenhos à mão livre e maquetes físicas elaboradas com materiais naturais, uma estratégia que objetivou maior aproximação e integração com estudantes indígenas e encorajou a participação dos mesmos desde os primeiros lançamentos da proposta. Na sequência foi realizada uma vivência na área proposta para o projeto. A exploração livre do

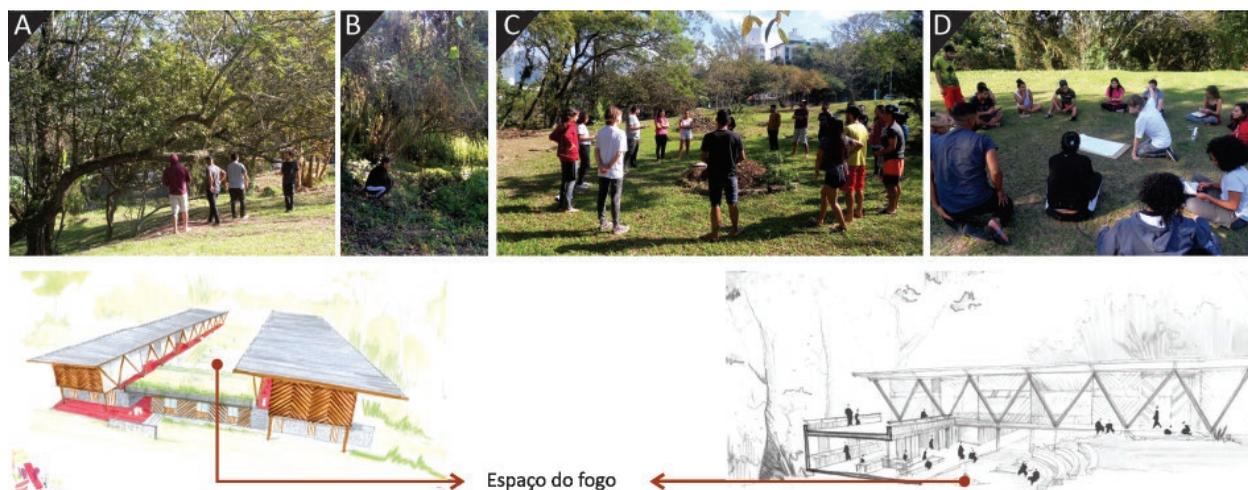


Figura 3

Vivências na universidade: apresentação das primeiras propostas de projeto.

Fonte: Elaborado pelos autores.

espaço [Figura 3A e 3B] permitiu que os estudantes pudessem interagir e identificar lugares significativos, percebendo suas qualidades: os sons, a vegetação, as características geográficas, assim como uma percepção mais sensível dos sentidos [Figura 3C]. Posteriormente foram apresentadas as primeiras propostas da moradia relacionando-as com o espaço. Em formação circular com os participantes em diferentes pontos do terreno, as relações de escala entre ser humano e ambiente natural foram evidenciadas, para que se tornasse compreensível sua futura ocupação de acordo com o programa do edifício [Figura 3D].

Após a interação com o local físico, foi proposto aos estudantes compartilharem com o grupo quais as espécies vegetais reconhecidas, os locais que lhe chamaram atenção, além de outras compreensões individuais e coletivas. Ao longo dessa atividade, foi possível observar as diferentes percepções do espaço pelos indígenas, que expressaram sentir pela primeira vez uma familiaridade com o espaço do campus universitário, como se estivessem retornando aos seus locais de origem e de identidade.

A discussão do projeto se mostrou eficiente, a estratégia de utilizar desenhos à mão livre e maquetes físicas, associadas a atividades de percepção e leitura do ambiente, dos elementos naturais, da escala do lugar, a partir de seus próprios corpos no local proposto para a intervenção, contribuíram para a compreensão do projeto e dos espaços pelos estudantes indígenas. Além do entendimento da proposta, a partir desse momento os estudantes indígenas se sentiram protagonistas do processo de discussão e concepção do projeto, expressando abertamente a representatividade da proposta frente aos seus anseios, apontando algumas novas demandas para o programa e estabelecendo uma postura de coautoria com a equipe de projeto.

OFICINA DE GRAFISMOS INDÍGENAS

A partir da organização de uma oficina sobre grafismos indígenas, na SemanARQ³ de 2019, foi possível estimular um ambiente de troca de saberes e integração entre estudantes indígenas e demais estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, onde suas vozes e os elementos gráficos de identidade cultural ganharam destaque. A oficina teve início com um momento de partilha de conhecimentos sobre a cultura dos grafismos indígenas, as pinturas simbólicas tradicionais destes povos, com ensinamentos transmitidos pelas estudantes indígenas que ministraram a oficina para os alunos não-indígenas participantes. A segunda parte da oficina consistiu na pintura de grafismos que representam diferentes povos indígenas do país, sob orientação dos estudantes indígenas, em espaços de destaque do edifício do curso de Arquitetura e Urbanismo, como a arquibancada principal do conjunto [Figura 4].

A oficina de grafismo proporcionou mais uma experiência colaborativa e novas reflexões acerca da importância dos espaços de fortalecimento das diferentes identidades dos povos indígenas, assim como a representatividade de suas marcas e símbolos como instrumento de afirmação da sua presença no território. Os estudantes indígenas expressaram sentimentos de gratidão e orgulho pela oportunidade de pintar suas marcas em um espaço institucional da universidade.

No que diz respeito à proposta projetual em desenvolvimento, evidenciou-se o simbolismo do grafismo indígena como elemento de identificação, pertencimento, visibilidade, afirmação e resistência. A partir do estudo dessa manifestação gráfica, foi definida como diretriz projetual que a linguagem arquitetônica do conjunto edificado precisaria ter profunda relação com os grafismos indígenas: na composição das estruturas, nos elementos da cobertura e ainda na definição de espaços no projeto destinados à livre manifestação artístico-cultural das diversas etnias.

3 Semana acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

ESPAÇO DO FOGO

Figura 4

Oficina de grafismos indígenas.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma das primeiras diretrizes que estruturaram todo o projeto foi a criação de um espaço do fogo, como um elemento central, simbólico, de caráter social, político e espiritual, congregador das diversas etnias. A partir da oportunidade do edital de chamada pública, lançado pelo CAU-SC, foi possível materializar uma proposta inicial para o espaço, um marco indígena no território da universidade.



A estrutura semicircular de ambientação para o espaço do fogo, foi construída com a participação das comunidades indígenas e estudantes de arquitetura e urbanismo [Figura 5] e permite a prática de algumas atividades cotidianas tradicionais indígenas na passagem dos estudantes pela universidade. Sua relevância para os estudantes fez com que o espaço do fogo fosse o início da materialização do projeto, permitindo a elaboração dos demais ambientes ao seu redor de forma radial.

Ressaltado nas falas dos estudantes indígenas que contribuíram para este projeto, o fogo está presente no cotidiano dos diversos povos indígenas, seja como elemento de conexão, anímico ou simbólico. A manutenção de sua prática no cotidiano universitário fortalece as intenções dos estudantes indígenas no meio acadêmico e traz um pouco “do sentimento de casa” para a vida na universidade. O espaço do fogo é o principal articulador da coletividade da Moradia Estudantil Indígena, foi construído em 2019, antes do início da pandemia de COVID-19, e permanece à espera do retorno dos estudantes indígenas para uso e apropriação desse espaço. Este lugar será mantido e incorporado ao projeto do espaço de integração com a comunidade acadêmica, somando-se ao conjunto de elementos que estruturam e identificam a constituição de um território indígena no Campus.

DIRETRIZES E PROPOSTAS PROJETUAIS

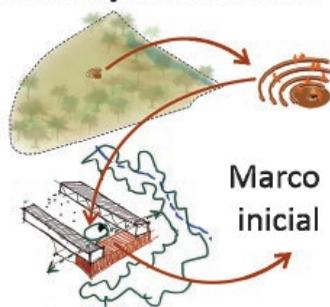
Neste artigo são apresentados resultados projetuais parciais que sintetizam as diretrizes iniciais construídas ao longo de todo o processo projetual, marcado por um conjunto de interações, com a presença e participação dos usuários, permitindo a aproximação da equipe de projeto ao contexto cultural e que alimentam o processo.

Considerando a organização espacial das diversas aldeias ameríndias, assim como seus modos de vida e de relação com os espaços construídos e o ambiente do entorno, é necessário compreender a Moradia Estudantil Indígena não apenas pelos espaços edificados, mas pela constituição de um território, configurado por seus pátios, através da relação com elementos naturais e do ambiente que o circunda, como ilustra a Figura 6.

Figura 5

Espaço do fogo.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Localização no terreno



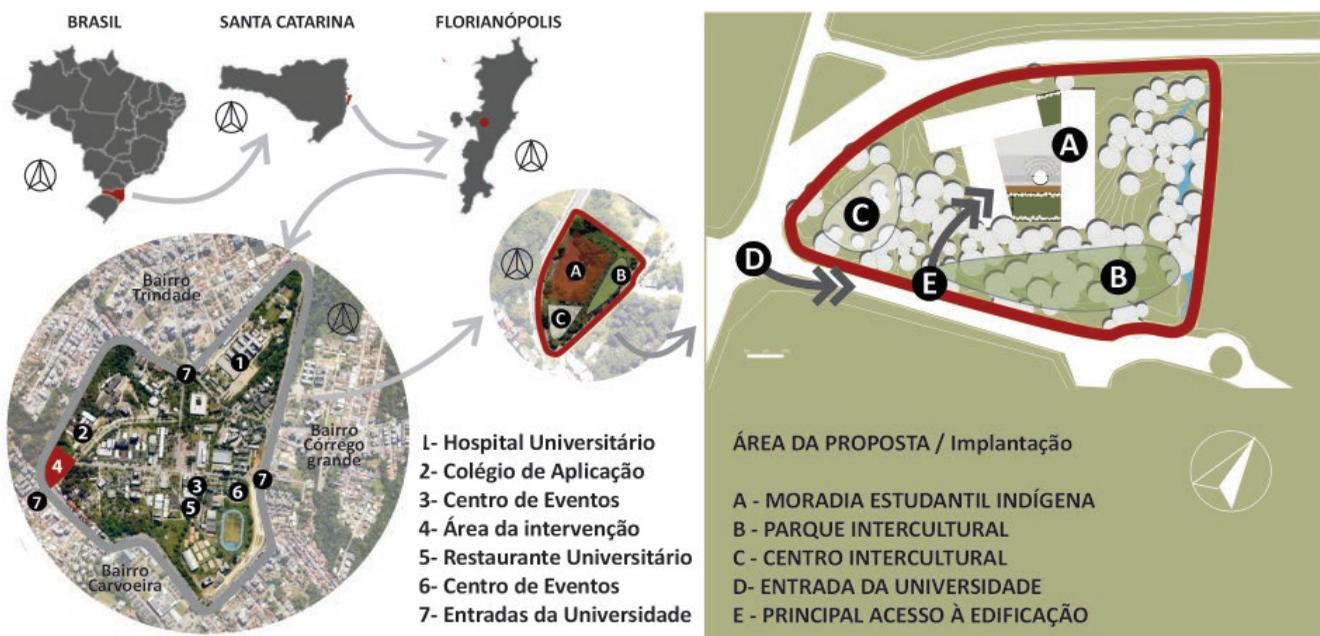
A vida na aldeia acontece em boa parte do tempo nos espaços abertos e em relação com os elementos da natureza, com destaque para o espaço do fogo, por seu papel estruturante, espiritual e simbólico. Na transição entre os espaços abertos e cobertos, próximos ao fogo, o espaço para preparação de alimentos tradicionais, de forma coletiva, com ingredientes típicos e regionais, surge como outro espaço integrador da moradia e reforça a conexão com suas origens, assim como permite o preparo de refeições especiais para as crianças. Este espaço também se constitui como um espaço de convivência e de integração. Ao redor do fogão à lenha os estudantes compartilham suas experiências e suas identidades culturais.

Os espaços de alojamentos e dormitórios [Figura 8A e 8B] evidenciam as especificidades dos estudantes indígenas. Diversos fatores influenciam a configuração e a organização desses espaços, como agrupamentos de etnias, diferenças religiosas, núcleos familiares e, até mesmo, calouros recém-chegados à universidade. Os diversos condicionantes exigem a concepção de espaços capazes de se adaptar conforme a necessidade de uso, com especial atenção ao acolhimento de famílias, casais ou mães com filhos. Os aspectos culturais devem ser considerados inclusive nos mobiliários, seja ao possibilitar a utilização de uma rede para dormir, na utilização de materiais naturais na confecção dos móveis ou na inclusão de equipamentos como o fogão à lenha para o preparo de alimentos [Figura 8C].

Como marco simbólico de reconhecimento e afirmação identitária, tanto para a universidade como para a cidade, a linguagem arquitetônica do conjunto edificado e de seus espaços deve reforçar essa leitura, promovendo um diálogo entre elementos simbólicos

Figura 6

Localização e implantação da proposta.
Fonte: Elaborado pelos autores.



e identitários e o espaço arquitetônico (Figura 8D e 8E - Pilares pintados com grafismo indígena, materiais naturais no mobiliário, revestimento das paredes em diferentes tonalidades de terra, referenciando as diferentes regiões do país das quais veem os estudantes indígenas). Essa dimensão se manifesta no projeto por meio dos espaços destinados à manifestação artístico-cultural dos grafismos [Figura 8B, 8D, 8E e 8F], da composição estrutural e da utilização de madeira roliça na estrutura das coberturas, no espaço do fogo [Figura 8D] e na relação entre exterior e interior, que valoriza a relação com o ambiente natural [Figura 8G e 8H].

A concepção de uma arquitetura que possua vínculos afetivos e culturais com os estudantes, que seja reconhecida como espaço indígena e que possibilite a realização de suas atividades cotidianas tradicionais em sintonia com suas novas necessidades como estudante na vida universitária, favorece o fortalecimento das condições de autonomia e afirmação identitária [Figura 7].

O conjunto de diretrizes gerais para o projeto de Moradia Estudantil Indígena é compreendido a partir do conceito de interculturalidade, de Garcia Canclini (2007), constituída nas relações, entendida como movimento, como processo histórico e social de significados. Como destaca Bergamaschi et al. (2013), a passagem dos estudantes indígenas pela universidade é uma oportunidade de transformação, mas também de afirmação de todas as diferenças envolvidas, admitindo-se que o diálogo intercultural, promovido no espaço universitário, parte de uma relação assimétrica em que os povos indígenas ainda são vistos com preconceitos e, em muitos sentidos, são discriminados.

Figura 7

Estudos do projeto.
Fonte: Elaborado pelos autores.





Figura 8

Estudo de projeto.
Fonte: Elaborado
pelos autores.

DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva de um espaço de acolhimento e apoio à permanência dos estudantes indígenas na universidade transcende seu aspecto assistencial e contribui com a Universidade em diversos aspectos: possibilita a afirmação identitária dos povos originários por meio do protagonismo e da autonomia historicamente reivindicados nas lutas do movimento indígena; contribui à permanência dos estudantes indígenas na universidade; visibiliza e valoriza a presença indígena no *campus* e na cidade; oferece a oportunidade aos estudantes de arquitetura e urbanismo de vivenciar tanto uma experiência de resposta social da profissão quanto de construção de um processo de projeto que considera, além dos conhecimentos técnicos, o saber fazer tradicional, a voz e o olhar dos usuários e a aplicação dos conceitos de reflexão na ação abordados durante o curso.

A presença indígena na cidade e nos espaços universitários é uma oportunidade para a construção de novas narrativas históricas, fundamentadas no respeito e na valorização da cultura dos povos originários e da identidade do Brasil. Sua participação nesse proces-

so de projeto afirma o protagonismo das comunidades indígenas na luta pelo direito ao ensino superior e às condições de permanência, mas também fortalece o caráter simbólico da presença dos povos originários no território urbano.

As discussões apresentadas neste artigo fazem parte de um processo fundamentado pela interface entre extensão, pesquisa e ensino, que vem sendo construído ao longo dos últimos anos no contexto da UFSC com a parceria de diversos setores da Universidade e da sociedade, principalmente com os estudantes indígenas. Esse processo foi construído pelo diálogo, por meio de processos participativos, com uma abordagem sintonizada com as pautas de luta e resistência indígenas e respeitando suas raízes étnico-culturais. A prática projetual, que estrutura todo o processo, se apresenta como uma oportunidade significativa para a promoção de diferentes formas de ensino e aprendizagem, integrando alunos e docentes, resultando na formação de arquitetos e urbanistas preparados para lidar de forma mais sensível e articulada com a diversidade cultural presente na cidade contemporânea.

Os estudantes manifestaram ao longo do processo a satisfação de construir conhecimento alicerçado em uma experiência real e focada no território em que habitam. Outra contribuição para o aprendizado foi a possibilidade de as reflexões acerca de cada etapa do projeto suscitarem a próxima ação, desenhando um percurso projetual coletivo, concebido na relação direta com os usuários e com o território. A metodologia projetual adotada compreende a construção de um processo orgânico, construído etapa a etapa, em conjunto com os usuários. A postura da equipe de projetos permitiu que a reflexão na ação e o diálogo com os usuários ajudassem a construir o processo projetual, que se apresenta como uma contribuição para a área de arquitetura e urbanismo, pois indica que a relação entre o pensar e o fazer, apreendida principalmente na interação com a Aldeia Guarani, pode ser trazida para a prática projetual.

O aprendizado resultante desse diálogo intercultural traz contribuições para a construção de um olhar sensível para a elaboração de diretrizes projetuais para a Moradia Estudantil Indígena e outros projetos em arquitetura e urbanismo, principalmente equipamentos de uso público e coletivo, fazendo com que estes atendam às demandas e necessidades programáticas dos usuários e da sociedade. As diferentes formas de interações com as comunidades e estudantes indígenas também permitiram o desenvolvimento de uma linguagem arquitetônica capaz de equilibrar aspectos simbólicos e de significância a partir da composição dos elementos construtivos, que se refletem na materialidade dos espaços construídos.

Projetos arquitetônicos e urbanísticos fundamentados nesse reconhecimento trazem reflexões sobre o papel social da profissão e a formação de arquitetos e urbanistas para o presente e o futuro,

cada vez mais multicultural e diverso. As universidades públicas têm a responsabilidade de formar profissionais e cidadãos capazes de reconhecer a diversidade humana à sua volta e pensar propostas espaciais capazes de abraçar e valorizar as especificidades culturais. Entende-se que esta demanda, pode ser atendida na área de arquitetura e urbanismo, a partir da adoção de metodologias projetuais construídas organicamente, alicerçadas na ideia do projetar com o território, com os usuários e com a sociedade. Esta perspectiva implica a relação íntima, crítica e reflexiva com os contextos locais, com as pessoas e com cada uma das ações e etapas de projeto realizadas.

A arquitetura age tecendo fios entre pessoas e lugares, faz parte das suas memórias e pode encaminhar projetos de futuro. A proposta aqui apresentada, tanto em termos de descrição do processo quanto das materializações resultantes do mesmo, tem o desafio e o compromisso de facilitar a permanência humana nos espaços de direito, valorizar a diversidade dos povos indígenas que farão uso da estrutura fortemente enraizada tanto no lugar quanto em suas comunidades e contribuir com a formação de profissionais na área de arquitetura e urbanismo aptos à dialogarem com os contextos multiculturais que se apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAVENA-REYES, JOSÉ A. (2001). Metodologias coletivas para o ensino de projeto em engenharia e arquitetura. *Revista Escola de Minas*, vol.54, n.1,
- BAUMAN, Z. (2012). *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BARONE, A., & DOBRY, S. (2004). Arquitetura participativa na visão de Giancarlo de Carlo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 15, 18-31.
- BERGAMASCHI, M., DOEBBER, M., & BRITO, P. (2020). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 99, n. 251, 37-53. <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3317>. Acesso em: 03 jun.
- BERGAMASCHI, M., NABARRO, E., BENITES, A. (2013). *Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS*, 113-127. Editora da UFRGS.
- CARVALHO, R., & RHEINGANTZ, P. (2013). Contribuições da teoria ator-rede

para a construção do conhecimento no ateliê de projeto de arquitetura. *Revista de Cultura arquitectónica*, abril.

FRAMPTON, K. (2013) Perspectivas para um regionalismo crítico. Em Nesbitt, K. (Eds.). *Uma nova agenda para a arquitetura*, tradução: V. Pereira, 504-520. Cosac Naify. (Edição Original: 1983).

GARCIA CANCLINI, N. (2007). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Edusp.

GOMES, D., BRANDÃO, W., & MADEIRA, M. (2020). Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. *Revista Katálysis*, 23(2), 317-326.

GUIZZO, I. (2019). *Reativar Territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo*. Quintal.

IBGE (2010). *Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

IBGE (2012). *Perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MELO, C. (2013). A experiência no curso de licenciatura intercultural indígena do sul da mata atlântica. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.3, no 1, 120-148, jan./jun. ISSN: 2236-6725.

MINAYO, M. C. (2011). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

NASCIMENTO, R. (2015). Entre "inclusão social e etnico-racial" e a busca por "autonomia e protagonismo indígena": mapeamento de ações para educação superior de povos indígenas no Brasil. *Educación Superior y Pueblos Indígenas en América Latina: Contextos y Experiencias*, 1(6), 97-116.

NOME DA PUBLICAÇÃO OFICIAL. (2000). Lei N. 3.524 de 20 de dezembro de 2000.

ONU HABITAT (2011). Consejo de Administración del Programa de las Naciones Unidas para los asentamientos Humanos. *Proyecto de informe sobre las deliberaciones del Consejo de administración del Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos en su 23º período de sesiones*. https://mirrors.unhabitat.org/downloads/docs/9829_2_593847.pdf

RAPOPORT, A. (1971). Hechos y Modelos. Em BROADBENT, G. *Metodología del Diseño Arquitectónico*, 297-323. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

SAAD. UFSC. (2020). Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades/Universidade Federal de Santa Catarina. *O que são ações afirmativas?* <https://acoes-afirmativas.ufsc.br/o-que-sao-acoes-afirmativas>

SANTOS, R.; LODDI, L.; & ZANIN, N. (2017). Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. *Revista Interdisciplinar*, v. 4, n. 5, 113-139. Belo Horizonte.

SANTOS, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.

SCHÖN, D. A. (1987). *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Penso Editora.

SOUZA, J. (2013). *Perspectivas ameríndias integradas ao universal acadêmico: o lugar dos indígenas na transformação polifônica da estrutura de ensino superior no Brasil*, 113-127. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

TASSINARI, A. (2016). Resultados e desafios da inclusão de estudantes indígenas pela política de ações afirmativas da UFSC. *Cadernos do GEA*, v. 5, n. 10, 43-51, jul/dez. Rio de Janeiro.

TUAN, Y. F. (1983). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

UNWIN, S. (2013). *A análise da arquitetura*, tradução: Salvaterra, A. Porto Alegre: Bookman.